

## HÁ GARANTIA?<sup>1</sup>

Sandra Walter<sup>2</sup>

“**Variantes do tratamento-padrão**” é o nome de um dos textos que serviu de inspiração ao nosso encontro deste ano. O estudo e a discussão de alguns tópicos, especificamente a questão da formalização teórica e a teoria dos critérios terapêuticos (tratados logo no início do artigo), trouxeram-me à lembrança a palavra *garantia*. Em, pelo menos, dois momentos, Lacan lança mão desse termo para falar de assuntos, aparentemente, distintos:

### 1º - Proposição de 09 de Outubro de 1967:

“Que a escola possa garantir a relação do analista com a formação que ela ministra, está então estabelecido”.

“O fim deste documento precisa o modo pelo qual poderia ser introduzido aquilo que, abrindo uma experiência, só tende a tornar, finalmente verdadeiras as garantias buscadas”.

### 2º - Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960):

“Partamos da concepção do Outro como lugar do significante. Qualquer enunciado de autoridade não tem nele outra garantia senão sua própria enunciação, pois lhe é inútil procurar por esta num outro significante, que de modo algum pode aparecer fora desse lugar. É o que formulamos ao dizer que não existe metalinguagem que possa ser falada, ou, mais aforisticamente, que não há Outro do Outro”.

Na tentativa de encontrar a ligação entre o estudo do texto e essas lembranças, nasceu a ideia deste trabalho.

---

<sup>1</sup> Simpósio de São Luís, 03 e 04 de setembro de 2004.

<sup>2</sup> Psicanalista, membro de Intersecção Psicanalítica do Brasil/PE. E-Mail: sandrawalter2@yahoo.com

Preferi começar por uma pesquisa semântica. Vejamos, então, o que nos diz o Dicionário Houaiss da língua portuguesa:

GARANTIA:

Ato ou efeito de garantir (-se).

1. Ato ou palavra com que se assegura o cumprimento de obrigação, compromisso, promessa, etc.
2. Fiança, penhor, caução.
3. O período em que vigora tal garantia
4. Garantias: Contratual, de evicção, fiduciária, legal, pessoal, real, constitucionais, individuais, solidária e subsidiária.

Etimologia francesa “garantie”, “compromisso de quem se coloca como garantia de algo, caução. Ver sinonímia de comprovação”.

GARANTIDO:

1. Que se garantiu, que está sob garantia.
2. Diz-se de sujeito afiançado.

Etimologia part. de garantir. Ver antonímia de perigoso.

GARANTIDOR:

1. Que ou aquele que garante.
2. Diz-se de ou sujeito que afiança outra pessoa.

Etimologia rad. de garantido + ar.

GARANTIR:

Responsabilizar-se por, abonar, afiançar.

1. Tornar seguro; assegurar.
2. Obrigar-se a receber de volta caso as condições estabelecidas durante a venda não sejam cumpridas.

3. Afiançar a veracidade de; asseverar, atestar.
4. Obrigar-se a, prometer, jurar.

Etimologia fr. Garantir “assegurar algo sob sua responsabilidade, responder a qualquer coisa com a verdade”. Antonímia de desabonar, desacreditar.

Através dessa pesquisa, observamos a diversidade de ideias que surgem em torno da palavra “garantia”.

Como seria, então, no campo da psicanálise? Que tipo de diversidade e entrecruzamentos poderíamos encontrar?

Penso em começar estabelecendo diferentes enfoques, desde clínicos até os institucionais. Vejamos, então:

1. Garantia no/do sujeito:
  - Do inconsciente
  - Do desejo
  
2. Garantia na/da análise:
  - Transferência
  - Interpretação
  - Ética do desejo
  
3. Garantia do analista em sua função:
  - Análise pessoal
  - Formação na instituição
  - Supervisão
  
4. Garantia da Psicanálise na sociedade:
  - Resultados clínicos
  - As instituições psicanalíticas e seus enlaces
  - Fala na sociedade

Vejam os cada um desses tópicos:

1. O sujeito:

É importante lembrar o contexto em que foi apresentada aquela frase do artigo “*Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*”. Naquele momento Lacan tratava com especial interesse da questão do pai, como significante, no Édipo. Por isso utiliza a expressão “*enunciado de autoridade*” para, em seguida, remeter ao campo do Outro como lugar dos significantes, afinal, o “nome do pai” é um significante. A afirmação dele nos leva a pensar sobre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação, já que é justo na enunciação que ele deposita aquilo que denominou de “*garantia*”. “*Qualquer enunciado de autoridade não tem nele outra garantia senão sua própria enunciação*”. Então, é na enunciação que está situada a ideia de garantia do lugar simbólico de pai, que aparece no enunciado?

Lacan continua sua defesa em prol do Outro como único lugar dos significantes, esclarecendo que não seria possível encontrá-lo em qualquer outro lugar. É exatamente nesse ponto que ele afirma não haver metalinguagem que possa ser falada, ou segundo ele mesmo, que “*mais aforisticamente*”, “*não há Outro do Outro*”. Apesar da clareza com que Lacan propõe a equação “*não há Outro do Outro*” e, portanto, não haveria um garantidor, se é que podemos assim chamar; não podemos deixar de lembrar sua posição sobre esse tema alguns anos antes, em 57/58, durante os seminários sobre “*As formações do inconsciente*”. Naquele momento ele teria, aparentemente, não só afirmado que há Outro do Outro, como inclusive esboça uma definição para esse uso. “*Mas o para-além que se articula na linha de cima de nosso esquema é o Outro do Outro. O Outro do Outro é o lugar em que a fala do Outro se desenha como tal*”.

Estaríamos aí numa certa encruzilhada conceitual? Alguns estudiosos acreditam que Lacan não teria afirmado que existe Outro do Outro e que se trata, aí, de um equívoco de tradução. Considerando-se que ele se utiliza dessa expressão várias vezes, no final dos seminários do ano de 58, achei por bem considerá-la como uma questão, que certamente não será objeto de estudo no presente trabalho. Apenas, delineei, algumas hipóteses:

Teria sido um erro de tradução?

Teria Lacan evoluído conceitualmente e, então, reformulado essa ideia dois anos depois, em 1960?

Estaria Lacan, de fato, falando de perspectivas diferentes em torno do conceito de Outro?

Aí me ocorre a ideia de que em 1958 ele apresentava o Outro do Outro como um “horizonte”, “marcado pelas condições da fala”, “invocado todas as vezes que há fala” e situado como “o lugar onde se articula o discurso do inconsciente”.

Já em 1960, podemos observar o empenho de Lacan em sustentar solidamente a posição do Outro como lugar dos significantes, juntamente com a afirmação categórica de que “*não existe metalinguagem que possa ser falada*”, portanto, não há Outro do Outro. Essa é a posição que Lacan manterá posteriormente, em seus seminários.

Em 1967, seminários sobre “A lógica do fantasma”, Lacan ratifica integralmente a ideia iniciada em 1960: Não há metalinguagem, portanto, não há Outro do Outro. E ainda acrescenta que Outro do Outro não passa de uma força de expressão quando se refere a Outro-Mãe e Outro-Pai, que sua vez, tem apenas valor operatório, no Édipo.

A meu ver, Lacan promove, aí, uma saída estratégica com o intuito de apresentar a evolução conceitual dos seus estudos. E, ao que parece, manteve essa posição até o final de sua obra.

Seja com for, fica a impressão de que para o sujeito, não há garantidor, e que qualquer “garantia” no campo do desejo está vinculada à constituição dos significantes.

## 2. A análise:

Poderíamos dizer que o enquadramento analítico garante a análise? De certa forma sim, mas o que isso quer dizer? O que significa enquadramento?

Em “**Variantes do tratamento-padrão**”, Lacan nos lembra que “*a psicanálise não é uma terapêutica como as outras*”. O termo “variantes”, do qual ele lança mão, não está vinculado a nenhum tipo de adaptação no tratamento, nem tampouco a variáveis através das quais se diferencia o campo da psicanálise. Esse termo revela a preocupação inquieta, de Lacan, com a pureza dos meios e fins numa clínica específica, situada dentro de um tipo de rigor ético que exige o que ele denominou de formalização teórica. Uma formalização que vai além de formalismo prático, quer dizer, aquele que

estabelece o que se pode ou não se pode fazer. A partir daí Lacan recorre à teoria dos critérios terapêuticos como ponto de partida num caminho que nos leva indiscutivelmente ao cerne do enquadramento analítico, quer dizer, a transferência e a interpretação. Ele nos lembra que apenas o conhecimento teórico não garante uma análise. Então, penso eu, eis a diferença: o estabelecimento da transferência e a interpretação vinculada à verdadeira ética psicanalítica - a ética do desejo. Aí está nosso enquadramento, do ponto de vista teórico, já que, na prática, algo mais define esse quadro: o particular de cada inconsciente, de cada história e de cada relação analista-analisante. Talvez Lacan, assim como o fez Freud nos primórdios, tenha pretendido nos lembrar que devemos nos manter inquietamente atentos diante do nosso trabalho.

### 3. O analista:

Quem de nós discordaria do tão conhecido tripé: análise pessoal, estudos e supervisão? Em essência, talvez, nenhum analista o faça. Mas porque essa ideia tão antiga e tão claramente estabelecida retorna tantas vezes nos encontros de psicanalistas em todo o mundo?

A análise pessoal, que parece ser a mais indiscutível e fundamental, por exemplo, para a IPA, só é considerada como parte da formação se for uma análise didática, feita com um analista didata. Já para Lacan toda análise é didática.

No campo dos estudos teóricos, a primeira questão é sempre institucional, aliás, há também os que defendem nem haver necessidade de instituição num percurso de formação.

Na “Proposição de 09 de Outubro de 1967” Lacan mostra sua posição com uma bela frase: “Que a escola possa garantir a relação do analista com a formação que ela ministra, está então estabelecido”.

Lacan não se refere a garantias para pessoas ou para funções, ele fala da relação do analista com a formação ministrada pela escola. Garantir a relação, ou porque não dizer, assegurar, atestar, responsabilizar-se por, etc... Tudo aquilo que, na prática, se reverte, mesmo que em moldes diferentes, nos estudos teóricos e clínicos, apresentações de trabalhos, projetos, simpósios, congressos, enlances, etc...

A supervisão, solicitada por um analista a outro analista, surge quase como uma unanimidade, embora alguns poucos a considerem dispensável. Para Lacan, os trabalhos de controle, como eram chamadas as supervisões, ocupavam lugar de destacada importância no percurso de formação dos analistas.

As polêmicas persistem, as posições pessoais evoluem e as instituições delineiam seus perfis.

#### 4. Começemos com uma pergunta:

A sociedade sabe o que é a psicanálise? De que informação dispõe um sujeito quando necessita de um tratamento? Não temo em afirmar que o veículo mais fidedigno vem do testemunho de cada sujeito que está ou esteve submetido a uma análise. É ele quem melhor sabe para que serve uma análise; portanto, os resultados clínicos me parecem ser, em si mesmos, a maior comprovação da eficácia do trabalho psicanalítico. Exemplo disso, quando um analisante nos pede uma indicação para um familiar ou mesmo um amigo, é como se, nesse momento, esse sujeito servisse a um outro, num certo sentido de garantia; quer dizer, a garantia de uma possibilidade. Um dia uma criança, que começava sua análise, me disse: *“Eu acho que meus medos podem desaparecer, porque eu sei que os medos de Aninha (uma amiga dele que havia se tratado comigo) desapareceram”*. Essa, digamos, pré-transferência, auxilia no estabelecimento da análise propriamente dita, mesmo que apenas como garantia imaginária de uma possibilidade. Há também os que nos dizem: *“Quem me indicou seu nome foi o Dr. Fulano, então, isso já me faz confiar em você”*.

Por outro lado, temos as instituições que, por vezes, servem de elo de ligação entre a psicanálise e/ou o analista e a sociedade. São instituições que tem nomes, que aparecem através de suas publicações, que programam eventos que por sua vez são divulgados. Há pequenos encontros, há também os mega encontros; há ainda os chamados trabalhos de enlace entre pequenos grupos. Enfim, há uma sociedade psicanalítica que apresenta à macro sociedade, seus trabalhos. Nos últimos anos temos presenciado e participado de um novo tipo de trabalho - A Articulação Das Entidades Psicanalíticas do Brasil, que vem tratando da difícil questão sobre a regulamentação (ou da não-regulamentação) da psicanálise. Momento em que somos convocados para

defender nossos princípios e apresentarmos nosso trabalho tanto àqueles que regem as leis do país, como àqueles que delas desfrutam.

Além disso, nós também falamos diretamente à sociedade quando escrevemos livros, artigos para jornais, quando concedemos entrevistas; enfim, quando falamos sobre a psicanálise e sobre nosso trabalho. Se não o fazemos, certamente, alguém o fará por nós, de modo indevido. Não seria isto também de nossa responsabilidade? Assegurar a manutenção daquilo que Freud iniciou, tão bravamente, diante de tantas críticas e percalços? Diante, ele sim, de uma sociedade médica que só poderia começar a entendê-lo muito tempo depois. Diante de uma sociedade pudica e ignorante; perplexa com tudo aquilo que, de fato, foi escrito para o futuro. E hoje, como pretendemos afiançar a veracidade de nossa prática? Como pretendemos nos responsabilizar pelo futuro da psicanálise?